



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

RELATÓRIO DE GESTÃO – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017

ANEXOS

ANEXO I - ORGANOGRAMA 2018 -TRF1 e SJs.....	2
ANEXO II DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO E DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS VINCULADAS	3
ANEXO III – NOTA EXPLICATIVA REFERENTE AO ROL DE RESPONSÁVEIS DO EXERCÍCIO DE 2017.....	35

ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO E DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS VINCULADAS

1. Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e seções judiciárias vinculadas, extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), consolidam as contas das Unidades Gestoras Executoras da Justiça Federal da 1ª Região de 1º e 2º Graus.

Nessas unidades, que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), a execução orçamentária e financeira da receita e da despesa é registrada no Siafi na modalidade total.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei 4.320/19641, pelas exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas determinadas pela Lei Complementar 101/2000, a seguir elencadas:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) não integra a presente análise, visto estar disponível somente no nível de órgão (12000 – Justiça Federal).

2. Demonstrações Contábeis Consolidadas – Justiça Federal da 1ª Região – 1º e 2º Graus

Unidade Gestoras
090002 - Justiça Federal de Primeiro Grau - AM
090003 - Justiça Federal de Primeiro Grau - PA
090004 - Justiça Federal de Primeiro Grau - MA
090005 - Justiça Federal de Primeiro Grau - PI
090012 - Justiça Federal de Primeiro Grau - BA
090013 - Justiça Federal de Primeiro Grau - MG
090021 - Justiça Federal de Primeiro Grau - MT
090022 - Justiça Federal de Primeiro Grau - GO
090023 - Justiça Federal de Primeiro Grau - DF
090024 - Justiça Federal de Primeiro Grau - AC
090025 - Justiça Federal de Primeiro Grau - RO
090027 – Secretaria do TRF 1ª Região
090032 – Secretaria do TRF 1ª Região - Orçamentária
090037 - Justiça Federal de Primeiro Grau - AP
090038 - Justiça Federal de Primeiro Grau - TO

090039 - Justiça Federal de Primeiro Grau - RR
090049 – TRF 1ª Região/Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

2.1 Balanço patrimonial

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante	172.660.806,41	243.578.672,71
Caixa e equivalentes de caixa	154.421.155,37	222.893.342,07
Créditos a curto prazo	-	-
Demais créditos e valores a curto prazo	3.923.927,11	7.537.919,41
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	-	-
Estoques	14.017.351,03	12.829.497,02
VPDs pagas antecipadamente	298.372,90	317.914,21
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		
Ativo Não Circulante	1.657.151.015,95	1.345.588.954,83
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Estoques		
Investimentos	-	-
Participações permanentes	-	-
Propriedades para investimento	-	-
Propriedades para investimento	-	-
(-) Depreciação acumulada de propriedades para investimentos	-	-
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades para investimentos	-	-
Investimentos do RPSS de longo prazo	-	-
Investimentos do RPSS de longo prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais investimentos permanentes	-	-
Demais investimentos permanentes	-	-
(-) Redução ao valor recuperável de demais investimentos permanentes	-	-
Imobilizado	1.632.567.129,78	1.322.960.296,37
Bens móveis	192.055.918,39	173.586.404,43
Bens móveis	309.529.785,70	266.641.784,89
(-) Depreciação/amortização/exaustão acumulada de bens móveis	-117.473.867,31	-93.055.380,46
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	-	-
Bens imóveis	1.440.511.211,39	1.149.373.891,94
Bens imóveis	1.444.998.819,98	1.151.799.461,32
(-) Depreciação/amortização/exaustão acumulada de bens imóveis	-4.487.608,59	-2.425.569,38
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	-	-
Intangível	24.583.886,17	22.628.658,46
Softwares	24.583.886,17	22.628.658,46
Softwares	27.411.489,10	24.519.562,35
(-) Amortização acumulada de softwares	-2.827.602,93	--1.890.903,89
(-) Redução ao valor recuperável de softwares	-	-
Marcas, direitos e patentes industriais	-	-

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Marcas, direitos e patentes industriais	-	-
(-) Amortização acumulada de marcas, direitos e patentes industriais	-	-
(-) Redução ao valor recuperável de marcas, direitos e patentes	-	-
Direitos de uso de imóveis	-	-
Direitos de uso de imóveis	-	-
(-) Amortização acumulada de direito de uso de imóveis	-	-
(-) Redução ao valor recuperável direito de uso de imóveis	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.829.811.822,36	1.589.167.627,54

PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO CIRCULANTE	14.964.863.671,7	7.989.631.478,21
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	2.488.968.588,22	1.520.683.079,39
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	-	-
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	32.153.794,37	10.902.656,55
Obrigações fiscais a curto prazo	-	41.106,14
Obrigações de repartição a outros entes	-	-
Provisões a curto prazo	4.196.856.553,64	3.076.059.024,25
Demais obrigações a curto prazo	8.246.884.735,49	3.381.945.611,88
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.579.104.000,94	975.196.458,20
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo	134.820.531,06	164.101.048,59
Empréstimos e financiamentos a longo prazo	-	-
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo	-	-
Obrigações fiscais a longo prazo	-	-
Provisões de longo prazo	-	-
Demais obrigações a longo prazo	5.444.283.469,88	811.095.409,61
Resultado diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	20.543.967.672,66	8.964.827.936,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-

Demais Reservas	-	24.720.455,24
Resultados Acumulados	-18.714.155.850,30	7.400.380.764,11
Resultado do exercício	-11.331.540.638,02	783.939.789,63
Resultados de exercícios Anteriores	-7.400.380.764,11	8.105.649.843,47
Ajustes de exercícios anteriores	17.765.551,83	-78.670.710,27
(-) Ações /Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-18.714.155.850,30	7.375.660.308,87
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.829.811.822,36	1.589.167.627,54

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Ativo Financeiro	154.421.155,37	222.893.342,07
Ativo Permanente	1.675.390.666,99	1.366.274.285,47
Saldo Patrimonial	18.803.118.961,50	7.527.573.172,65
PASSIVO		
Especificação	2017	2016
Passivo Financeiro	105.069.246,42	171.030.910,74
Passivo Permanente	20.527.861.537,44	8.945.709.889,45
Saldo Patrimonial	-	-

Quadro das Compensações		
ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	673.072.832,34	571.515.305,59
Execução dos atos potenciais ativos	673.072.832,34	571.515.305,99
Garantias e contragarantias recebidas a executar	521.735.623,17	454.703.944,62
Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres a receber	-	-
Direitos contratuais a executar	151.337.209,17	116.811.360,97
Outros atos potenciais ativos a executar	-	-
TOTAL	673.072.832,34	571.515.305,59

Quadro das Compensações		
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	424.094.003,21	406.510.812,48
Execução dos atos potenciais passivos	424.094.003,21	406.510.812,48
Garantias e contragarantias concedidas a executar	-	-
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres a liberar	149.456,54	319.200,00
Obrigações Contratuais a Executar	423.944.546,67	406.191.612,48
Outros atos potenciais passivos a executar	-	-
TOTAL	424.094.003,21	406.510.812,48
Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		
Recursos Ordinários		52.151.052,63
Recursos Vinculados		-2.799.143,68
Seguridade Social (Exceto RGPS)		118.189,32
Operações de crédito		-7.480.385,61
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		4.559.810,06
Outros Recursos Vinculados a Fundos		3.242,55
TOTAL SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO		49.351.908,95

2.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2017	NE	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	30.020.666.460,52		32.165.784.855,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	40.651.162,70		29.184.636,00
Impostos	37.199,94		-
Taxas	40.613.962,76		29.184.636,00
Contribuições de melhoria	-		-
Contribuições	1.063.449,47		2.440.031,37
Contribuições sociais	1.063.449,47		2.440.031,37
Contribuições de intervenção no domínio econômico	-		-
Contribuição de iluminação pública	-		-
Contribuições de interesse das categorias profissionais	-		-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	13.827.187,06		1.141.063,65
Venda de mercadorias	-		-
Vendas de produtos	-		-
Exploração de bens, direitos e prestação de serviços	13.827.187,06		1.141.063,65
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	214.170,72		162.593,69
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	-		-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
concedidos			
Juros e encargos de mora	214.170,72		162.593,69
Variações monetárias e cambiais	-		-
Descontos financeiros obtidos	-		-
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	-		-
Aportes do Banco Central	-		-
Outras variações patrimoniais aumentativas financeiras	-		-
Transferências e Delegações Recebidas	24.076.504.026,46		22.406.876.528,46
Transferências intragovernamentais	24.021.281.933,46		22.356.680.322,46
Transferências intergovernamentais	41.945.590,29		29.006.574,60
Transferências das instituições privadas	-		-
Transferências das instituições multigovernamentais	-		-
Transferências de consórcios públicos	-		-
Transferências do exterior	-		-
Execução orçamentária delegada de entes	-		-
Transferências de pessoas físicas	-		-
Outras transferências e delegações recebidas	13.276.502,71		21.189.631,40
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	472.030.989,29		6.553.807.579,62
Reavaliação de ativos	307.752.260,77		50.651.048,30
Ganhos com alienação	-		-
Ganhos com incorporação de ativos	140.167.719,69		16.172.809,98
Ganhos com desincorporação de passivos	24.111.008,83-		6.486.983.721,34
Reversão de redução ao valor recuperável			-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.416.375.474,82		3.172.172.357,68
Variação patrimonial aumentativa a classificar	-		-
Resultado positivo de participações	-		-
Operações da autoridade monetária	-		-
Reversão de provisões e ajustes para perdas	278.527.982,00		3.141.723.711,14
Diversas variações patrimoniais aumentativas	5.137.847.492,82		30.448.646,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	41.352.207.098,54		31.381.845.065,84
Pessoal e Encargos	3.912.386.551,68		3.456.732.056,05
Remuneração a pessoal	3.347.560.774,04		2.903.051.975,92
Encargos patronais	380.047.987,29		386.924.212,24
Benefícios a pessoal	164.103.420,36		149.958.830,35
Outras variações patrimoniais diminutivas - pessoal e encargos	20.674.369,99		16.797.037,54
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.522.363.981,80		5.031.718.356,78
Aposentadorias e reformas	1.290.573.917,41		4.971.812.295,81
Pensões	61.787.846,95		56.662.558,56
Benefícios de prestação continuada	-		-
Benefícios eventuais	-		-
Políticas públicas de transferência de renda	-		-
Outros benefícios previdenciários e assistenciais	170.002.217,44		3.243.502,41
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.497.824.994,38		8.494.884.712,87
Uso de material de consumo	14.996.783,37		13.238.107,22
Serviços	13.452.489.021,07		8.456.274.216,90

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Depreciação, amortização e exaustão	30.339.189,94		25.372.388,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	15.328,70		72.105,53
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos	-		-
Juros e encargos de mora	6.817,44		35.083,25
Variações monetárias e cambiais	23,34		1.761,02
Descontos financeiros concedidos	8.487,92		35.261,26
Aportes ao Banco Central	-		-
Outras variações patrimoniais diminutivas financeiras	-		-
Transferências e Delegações Concedidas	17.202.884.738,87		11.230.563.691,78
Transferências intragovernamentais	17.192.757.702,10		11.222.282.124,82
Transferências intergovernamentais	-		-
Transferências a instituições privadas	-		-
Transferências a instituições multigovernamentais	-		-
Transferências a consórcios públicos	-		-
Transferências ao exterior	-		-
Execução orçamentária delegada a entes	-		302.182,83
Outras transferências e delegações concedidas	10.127.036,77		7.979.384,13
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	210.930.334,03		84.336.366,31
Reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes para perdas	119.886.197,48		30.230.466,75
Perdas com alienação	-		-
Perdas involuntárias	222.364,04		273.763,68
Incorporação de passivos	36.617.244,69		39.539.231,23
Desincorporação de ativos	54.204.527,82		14.292.904,65
Tributárias	9.013.419,93		5.514.035,66
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	157.689,85		138.894,43
Contribuições	8.855.730,08		5.375.141,23
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e Serviços Prestados	-		-
Custo das mercadorias vendidas	-		-
Custos dos produtos vendidos	-		-
Custo dos serviços prestados	-		-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.996.787.749,15		3.078.023.740,86
Premiações	-		-
Resultado negativo de participações	-		-
Operações da autoridade monetária	-		-
Incentivos	-		-
Subvenções econômicas	-		-
Participações e contribuições	-		-
Constituição de provisões	4.994.288.734,98		3.075.882.843,50
Diversas variações patrimoniais diminutivas	2.499.014,17		2.140.897,36
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-11.331.540.638,02		783.939.789,63

2.3 Balanço Orçamentário

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA	SALDO	NE
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	
Receitas Tributárias	-	-	-	-	
Impostos	-	-	-	-	
Taxas	-	-	-	-	
Contribuições de melhoria	-	-	-	-	
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	
Contribuições sociais	-	-	-	-	
Contribuições de intervenção no domínio econômico	-	-	-	-	
Contribuições de entidades privadas de serviço social formação profissional	-	-	-	-	
Receita Patrimonial	-	-	-	-	
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	-	-	-	-	
Valores mobiliários	-	-	-	-	
Delegação de serviços públicos	-	-	-	-	
Exploração de recursos naturais	-	-	-	-	
Exploração do patrimônio intangível	-	-	-	-	
Cessão de direitos	-	-	-	-	
Demais receitas patrimoniais	-	-	-	-	
Receita Agropecuária	-	-	-	-	
Receita Industrial	-	-	-	-	
Receitas de Serviços	-	-	-	-	
Serviços administrativos e comerciais gerais	-	-	-	-	
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	-	-	-	-	
Serviços e atividades referentes à saúde	-	-	-	-	
Serviços e atividades financeiras	-	-	-	-	
Outros Serviços	-	-	-	-	

RECEITA				
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas administrativas, contratuais e judiciais	-	-	-	-
Indenizações, restituições e ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	-	-	-	-
Demais receitas correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de crédito - mercado interno	-	-	-	-
Operações de crédito - mercado externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de bens móveis	-	-	-	-
Alienação de bens imóveis	-	-	-	-
Alienação de bens intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de títulos do tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais receitas de capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-			-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de crédito - mercado interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de crédito - mercado externo	-	-	-	-

RECEITA					
Mobiliária	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-			-	
DÉFICIT				12.103.362.899,60	
TOTAL	-			12.103.362.899,60	
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-		-	-	
Créditos adicionais abertos com superávit financeiro	-		-	-	
Créditos adicionais abertos com excesso de arrecadação	-		-	-	
Créditos cancelados líquidos	-		-	-	
Créditos adicionais reabertos	-		-	-	

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	
DESPESAS CORRENTES	458.692.427,00	494.618.975,00	11.419.909.589,35	11.399.490.006,19	11.396.453.539,48	-10.925.290.614,35	
Pessoal e encargos sociais	301.600.000,00	346.265.941,00	3.814.610.429,69	3.810.945.456,9	3.810.934.878,22	-3.468.344.488,69	
Juros e encargos da dívida	-	-	-	-	-	0,00	
Outras despesas correntes	157.092.427,00	148.353.034,00	7.605.299.159,6	7.588.544.549,22	7.585.518.661,26	-7.456.946.125,66	
DESPESAS DE CAPITAL	38.439.941,00	33.088.465,00	683.453.310,25	664.231.560,56	664.129.576,56	-650.364.845,25	
Investimentos	38.439.941,00	33.088.465,00	68.128.849,37	48.907.105,43	48.805.121,43	-35.040.384,37	
Inversões financeiras	-	-	615.324.460,88	615.324.455,13	615.324.455,13	-615.324.460,88	
Amortização da dívida	-	-	-	-	-	-	
RESERVA DE	-	-	-	-	-	-	

DESPESA							
CONTINGÊNCIA							
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	497.132.368,00	527.707.440,00	12.103.362.899,60	12.063.721.566,75	12.060.583.116,04	-11.575.655.459,60	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	497.132.368,00	527.707.440,00	12.103.362.899,60	12.063.721.566,75	12.060.583.116,04	-11.575.655.459,60	
TOTAL	497.132.368,00	527.707.440,00	12.103.362.899,60	12.063.721.566,7	12.060.583.116,04	-11.575.655.459,60	

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADO	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	26.014.818,67	48.644.384,46	27.728.129,09	27.497.152,90	13.972.933,15	33.189.117,08	
Pessoal e encargos sociais	512.398,78	14.213.809,64	8.849.167,64	8.849.167,64	4.035.682,94	1.841.357,84	

Juros e encargos da dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras despesas correntes	25.502.419,89	34.430.574,82	18.878.961,45	18.647.985,26	9.937.250,21	31.347.759,24	
DESPESAS DE CAPITAL	39.081.655,38	44.672.519,21	40.388.560,67	40.159.633,73	22.495.612,36	21.098.928,50	
Investimentos	39.081.655,38	44.672.519,21	40.388.560,67	40.159.633,73	22.495.612,36	21.098.928,50	
Inversões financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização da dívida	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	65.096.474,05	93.316.903,67	68.116.689,76	67.656.786,63	36.468.545,51	54.288.045,58	

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	801.427,80	3.052.098,19	3.150.777,08	81.391,54	621.357,37	
Pessoal e encargos sociais	99.100,19	312.031,44	325.945,91	40.931,02	44.254,70	
Juros e encargos da dívida	0,00	-	-	-	-	
Outras despesas correntes	702.327,61	2.740.066,75	2.824.831,17	40.460,52	577.102,67	
DESPESAS DE CAPITAL	3.660.957,88	355.710,57	2.813.249,29	74.034,51	1.129.384,65	
Investimentos	3.660.957,88	355.710,57	2.813.249,29	74.034,51	1.129.384,65	
Inversões financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	4.462.385,68	3.407.808,76	5.964.026,37	155.426,05	1.750.742,02	

2.4 Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	NE	2016
Receitas Orçamentárias	-		-
Ordinárias	-		-
Vinculadas	-		-
(-) Deduções da receita orçamentária	-		-
Transferências Financeiras Recebidas	24.021.281.933,46		22.356.680.322,46
Resultantes da execução orçamentária	24.009.903.298,70		22.187.863.368,09
Repasso recebido	304.928,79		30.147,12
Sub-repasso recebido	24.007.992.103,90		22.187.169.608,59
Sub-repasso devolvido	1.606.266,01		663.612,38
Independentes da execução orçamentária	11.378.634,76		168.816.954,37
Transferências recebidas para pagamento de RP	7.200.979,14		166.860.533,16
Demais transferências recebidas	1.450.198,88		944.066,03
Movimentação de saldos patrimoniais	2.727.456,74		1.012.355,18
Aporte ao RPPS	-		0,00
Aporte ao RGPS	-		0,00
Recebimentos Extraorçamentários	5.300.429.523,34		195.451.803,43
Inscrição dos restos a pagar processados	3.138.450,71		2.792.060,16
Inscrição dos restos a pagar não processados	39.641.332,85		93.316.903,67
Depósitos restituíveis e valores vinculados	21.945.565,48		9.709.868,52
Outros recebimentos extraorçamentários	5.235.704.174,30		89.632.971,08
Restituições a pagar	-		835,06
Arrecadação de outra unidade	5.234.072.609,82		89.519.796,86
Demais recebimentos	1.631.564,48		112.339,16
Saldo do Exercício Anterior	222.893.342,07		154.958.473,98
Caixa e equivalentes de caixa	222.893.342,07		154.958.473,98
TOTAL	29.544.604.798,87		22.707.090.599,87
DISPÊNDIOS			
Especificação	2017	NE	2016
Despesas Orçamentárias	12.103.362.899,60		11.083.329.640,72
Ordinárias	11.124.973.566,45		10.251.602.483,03
Vinculadas	978.389.333,15		831.727.157,69
Educação	-		6.000,00
Seguridade social (exceto RGPS)	327.342.436,23		761.663.555,57
Operação de crédito	551.881.927,19		1.779.951,65
Outros recursos vinculados a órgãos e programas	99.164.969,73		68.265.685,91
Outros recursos vinculados a fundos	-		11.964,56
Transferências Financeiras Concedidas	17.192.757.702,10		11.222.282.124,82
Resultantes da execução orçamentária	12.006.407.095,54		11.057.456.247,50
Repasso concedido	160.587,54		199.945,52
Sub-repasso concedido	12.004.640.241,83		11.055.613.891,23
Valores diferidos – baixa	-		-
Sub-repasso devolvido	1.606.266,17		696.471,29

Independentes da execução orçamentária	5.186.350.606,56		164.825.877,32
Transferências concedidas para pagamento de RP	2.870.339,81		103.223.677,25
Demais transferências concedidas	729.372,61		474.172,13
Movimento de saldos patrimoniais	5.182.750.894,14		61.128.027,94
Aporte ao RPPS	-		-
Aporte ao RGPS	-		-
Despesas Extraorçamentárias	94.063.041,80		178.585.492,26
Pagamento dos restos a pagar processados	5.964.026,37		4.692.314,93
Pagamento dos restos a pagar não processados	67.656.786,63		165.711.422,93
Depósitos restituíveis e valores vinculados	18.811.742,25		8.135.429,40
Outros pagamentos extraorçamentários	1.630.486,55		46.325,00
Pagamento de restituições de exercícios anteriores	1.630.486,55		46.178,80
Demais pagamentos			146,20
Saldo para o Exercício Seguinte	154.421.155,37		222.893.342,07
Caixa e equivalentes de caixa	154.421.155,37		222.893.342,07
TOTAL	29.544.604.798,87		22.707.090.599,87

2.5 Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2017	NE	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	638.628.920,88		355.669.587,84
INGRESSOS	29.278.931.673,24		22.456.023.162,06
Receitas Derivadas e Originárias	-		-
Receita tributária	-		-
Receita de contribuições	-		-
Receita agropecuária	-		-
Receita industrial	-		-
Receita de serviços	-		-
Remuneração das disponibilidades	-		-
Outras receitas derivadas e originárias	-		-
Transferências Correntes Recebidas	-		-
Intergovernamentais	-		-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-		-
Dos Municípios	-		-
Intragovernamentais	-		-
Outras transferências correntes recebidas	-		-
Outros Ingressos das Operações	29.278.931.673,24		22.456.023.162,06
Ingressos extraorçamentários	21.945.565,48		9.709.868,52
Restituições a pagar	-		835,06
Transferências financeiras recebidas	24.021.281.933,46		22.356.680.322,46
Arrecadação de outra unidade	5.234.072.609,82		89.519.796,86
Demais recebimentos	1.631.564,48		112.339,16
DESEMBOLSOS	-28.640.302.752,36		-22.100.353.574,22
Pessoal e demais Despesas	-11.039.719.238,48		-10.478.305.080,30
Legislativo	-		-

Judiciário	-2.470.893.714,63	-2.290.790.296,59
Essencial à justiça	-221.129,50	-10.206,14
Administração	-79.788,32	-8.709,40
Defesa nacional	-	-
Segurança pública	-	-
Relações exteriores	-	-
Assistência social	-	-
Previdência social	-393.225.146,52	-351.960.071,18
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-6.000,00	-6.000,00
Cultura	-	-
Direitos da cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão ambiental	-	-
Ciência e tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e lazer	-	-
Encargos especiais	-8.175.293.459,51	-7.835.529.796,99
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e correção monetária da dívida interna	-	-
Juros e correção monetária da dívida externa	-	-
Outros encargos da dívida	-	-
Transferências Concedidas	-387.383.582,98	-391.584.614,70
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-387.383.582,98	-391.584.614,70
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-17.213.199.930,90	-11.230.463.879,22
Dispêndios extraorçamentários	-18.811.742,25	-8.135.429,40
Pagamentos de restituições de exercícios anteriores	-1.630.486,55	-46.178,80
Demais pagamentos	-	146,20
Transferências financeiras concedidas	-17.192.757.702,10	-11.222.282.124,82
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-707.101.107,58	-287.734.719,75
INGRESSOS	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	-	-

Outros ingressos de investimentos	-		-
DESEMBOLSOS	-707.101.107,58		-287.734.719,75
Aquisição de ativo não circulante	-85.852.235,52		-70.583.892,87
Concessão de empréstimos e financiamentos	-		-
Outros desembolsos de investimentos	-621.248.872,06		-217.150.826,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-		-
INGRESSOS	-		-
Operações de Crédito	-		-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-		-
Transferências de Capital Recebidas	-		-
Intergovernamentais	-		-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-		-
Dos Municípios	-		-
Intragovernamentais	-		-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-		-
Outros Ingressos de Financiamento	-		-
DESEMBOLSOS	-		-
Amortização/refinanciamento da dívida	-		-
Outros desembolsos de financiamento	-		-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-68.472.186,70		67.934.868,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	222.893.342,07		154.958.473,98
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	154.421.155,37		222.893.342,07

3. NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 1 – BP - Caixa e equivalentes de caixa

Conta Contábil	Descrição	2017	2016
11111903	Demais Contas - Caixa Econômica Federal	558.482,44	698.397,08
111122001	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS	153.862.672,93	222.194.944,99
Total		154.421.155,37	222.893.342,07

A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O item Demais Contas – Caixa Econômica Federal representa valores de terceiros depositados em garantia contratual, nos termos do inciso I, § 1º, art. 56 da Lei 8.666/93.

O item Limite de Saque com Vinculação de Pagamento demonstra as disponibilidades financeiras brutas, derivadas de transferências financeiras recebidas da setorial financeira e de receitas próprias arrecadadas (fonte 50 e 81).

Nota 2 – BP – Estoques

UG Executora		2017	2016
090002	JF - AM	459.043,11	350.192,91
090003	JF - PA	1.336.087,05	964.774,37
090004	JF - MA	1.334.394,37	1.121.103,11
090005	JF - PI	760.598,79	669.479,15
090012	JF - BA	979.493,64	1.147.347,17
090013	JF - MG	1.000.116,91	1.066.218,71
090021	JF - MT	646.324,07	436.520,24
090022	JF - GO	2.789.335,34	1.890.155,77
090023	JF - DF	1.585.612,36	1.706.472,55
090024	JF - AC	408.103,10	272.583,97
090025	JF - RO	353.763,66	379.804,35
090027	Secretaria do TRF 1ª Região	1.644.494,52	2.034.115,28
090037	JF - AP	174.210,71	110.586,97
090038	JF - TO	308.308,00	357.320,23
090039	JF - RR	237.465,40	184.763,10
Total		14.017.351,03	12.691.437,88

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o preço médio ponderado. O TRF e as Seções Judiciárias da 1ª Região realizam o controle dos seus estoques por intermédio do Sistema de Aquisição e Controle de Material ou Serviço – Sicam.

Nota 3 – BP - Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, construção ou benfeitorias realizadas.

Os investimentos realizados posteriormente à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando há possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços, a exemplo das benfeitorias realizadas em imóveis cadastrados no SPIUnet.

Bens móveis

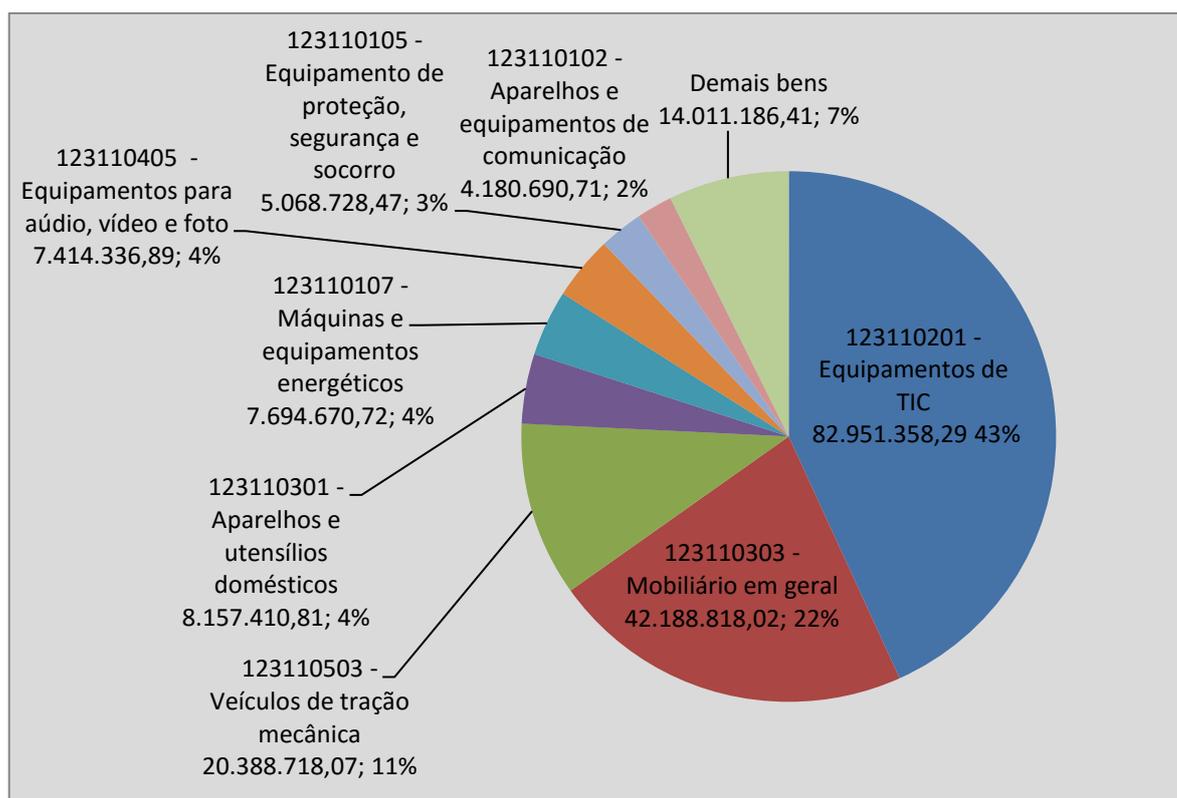
O sistema de controle de bens do TRF 1ª Região (Sicam) atende às necessidades do controle das movimentações de material permanente, bem como à geração de termos de responsabilidade. O sistema gera os dados para lançamento e registro no Siafi, incluindo a depreciação dos bens móveis, assim como as reversões e avaliações.

A depreciação dos bens móveis é realizada de acordo com os critérios definidos no Manual do Siafi, Macrofunção Siafi 02.03.30, utilizando-se o método de cotas constantes.

Em 2017, a depreciação foi realizada mensalmente, e sua evolução, ao longo do exercício, foi atestada como correta pelas áreas de patrimônio, por ocasião do encerramento do exercício. As variações verificadas decorreram das entradas e saídas de bens, conforme demonstrativos mensais.

Os bens móveis na Justiça Federal da 1ª Região compõem-se, em sua maioria, de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação – TIC, mobiliário em geral, veículos de tração mecânica e outros, conforme dados contidos no gráfico a seguir, com valores apurados após a depreciação, atingindo total de R\$ 192.055.918,39.

Gráfico 1 – Classificação dos bens móveis na JF da 1ª Região



Bens imóveis

Os Bens Imóveis da Justiça Federal da 1ª Região, em 31/12/2017, estão distribuídos em contas contábeis dos seguintes grupos.

- Bens de uso especial registrados no SPIUnet: bens da União cadastrados no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, sob a responsabilidade do TRF e seccionais da 1ª Região.
- Bens de uso especial não registrados no Spiunet, instalações e demais bens imóveis: referem-se a bens adquiridos mediante desapropriação, benfeitorias realizadas em imóveis de uso especial e obras acabadas ainda pendentes de incorporação no sistema estruturante.
- Bens imóveis em andamento: são os edifícios em construção e respectivos estudos e projetos que serão incorporados ao sistema estruturante ao fim da obra e após os registros em cartório e na Secretaria de Patrimônio da União.
- Benfeitorias em propriedades de terceiros: representam as benfeitorias realizadas em imóveis alugados/cedidos, para permitir o funcionamento das unidades.

Os imóveis de uso especial são cadastrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – SPIUnet, da gestão da Secretaria de Patrimônio da União – SPU, que é integrado ao Siafi.

As informações constantes do SPIUnet apresentam-se corretas, suficientes e abrangentes, refletindo a totalidade do patrimônio imobiliário, exceto nas UGs 090002/JFAM, 090003/JFPA,

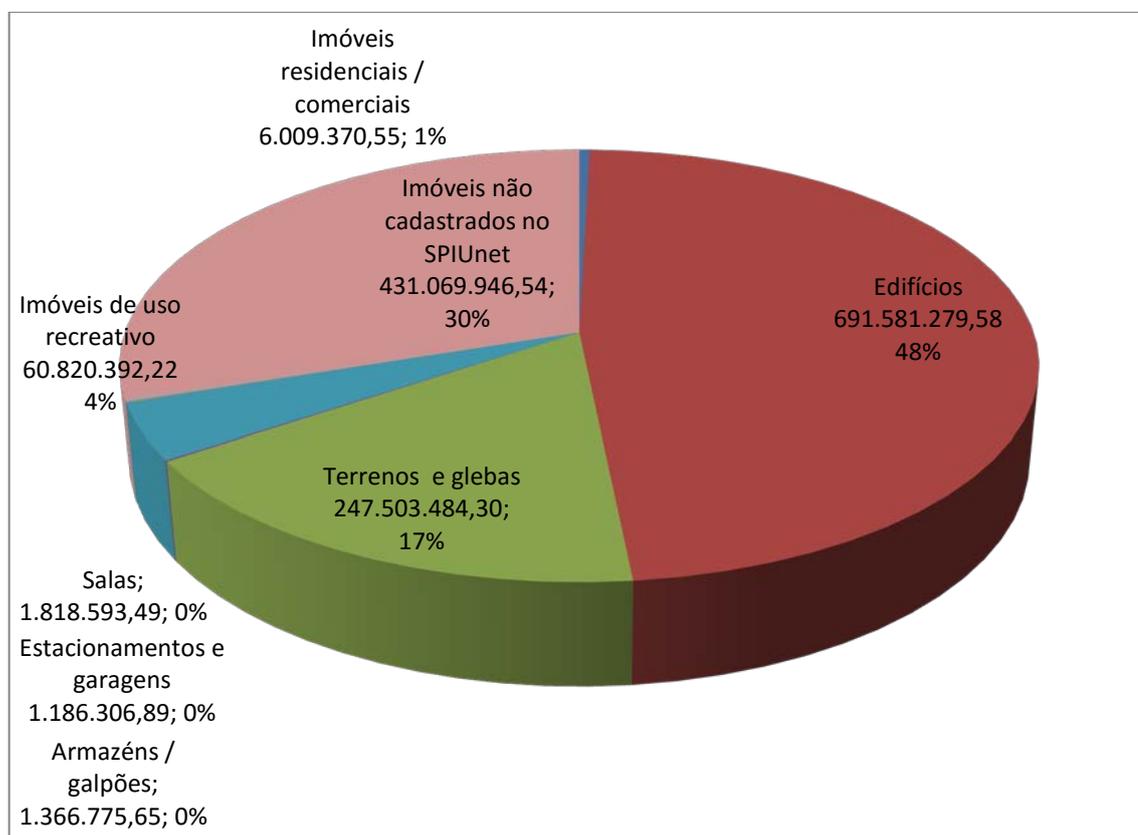
090013/JFMF e 090021/JFMT, que possuem bens não cadastrados em função de pendências no trâmite de regularização legal dos imóveis perante a SPU e cartórios.

Os imóveis da União das UGs da Justiça Federal da 1ª Região encerraram o exercício com prazos de avaliação válidos, exceto na UG 090039/JFRR, no tocante ao imóvel (terreno) de Rips 0301 00116.500-0/0301 00374.500-4, cuja última avaliação venceu em 16/12/2016. A situação encontra-se no âmbito da SPU para regularização, em vista do compartilhamento com outros órgãos.

Os demais registros de imóveis ainda pendentes de cadastro no SPIUnet aguardam o trâmite dos procedimentos perante a SPU e cartórios, no que tange aos imóveis já construídos.

O gráfico a seguir demonstra a composição dos bens imóveis após a depreciação e amortização de benfeitorias, atingindo o montante de R\$ 1.440.511.211,39.

Gráfico 2 – Classificação dos bens imóveis na JF da 1ª Região

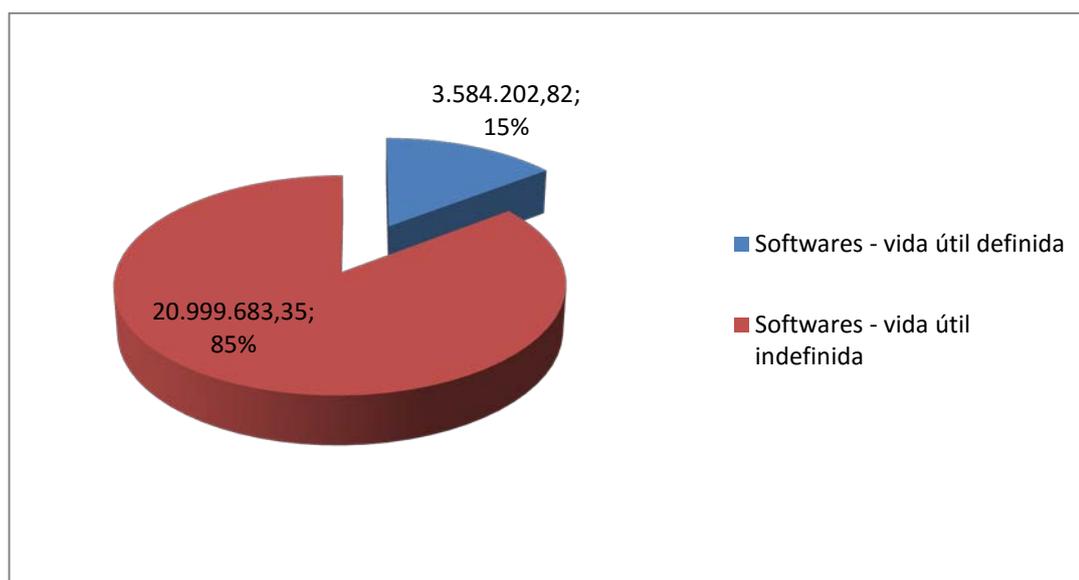


Nota 4 – BP - Softwares

O Ativo Intangível das Unidades da Justiça Federal da 1ª Região, em 31/12/2017, totalizava R\$ 24.583.886,17, sendo composto integralmente de *softwares*, segregados em *softwares* com vida útil definida e *softwares* com vida útil indefinida, estes representando, aproximadamente, 85% do montante do item.

São avaliados e mensurados com base no valor de aquisição e estão demonstrados no gráfico a seguir, em valores apurados após a depreciação, no que tange aos *softwares* de vida útil definida.

Gráfico 3 – Classificação dos bens intangíveis na JF da 1ª Região



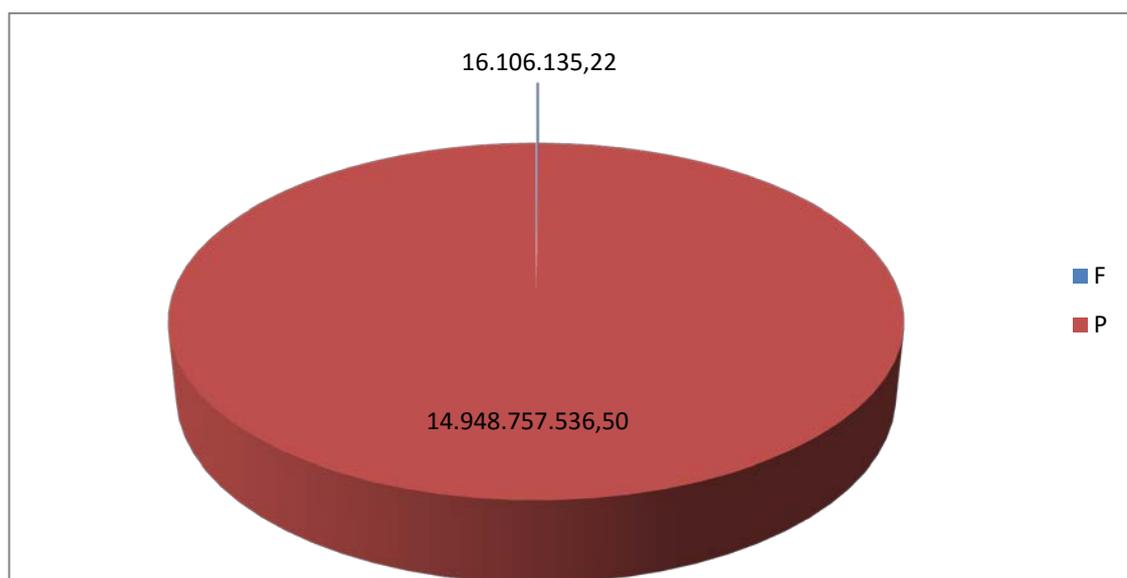
Nota 5 – BP – Passivo circulante

Em 31/12/2017, as unidades da Justiça Federal da 1ª Região apresentaram passivos de pessoal, tributos e contribuições previdenciárias, de fornecedores e de precatórios e requisições de pequeno valor, segregados nos indicadores de superávit F – Financeiro e P – Permanente, relativos a obrigações financeiras liquidadas e em liquidação, bem como aquelas para as quais não havia orçamento no encerramento do exercício, no total de R\$ 14.964.863.671,72.

Nesse grupo, estão incluídos, ainda, os depósitos e cauções que são numerários de terceiros, dados em garantia de contratos administrativos, nos termos do inciso I do art. 56 da Lei 8.666/1993, que são devolvidos ao fim da vigência do contrato.

No gráfico a seguir, são demonstrados os totais por ISF, representando o F as obrigações financeiras liquidadas ou em liquidação e o P as obrigações sem cobertura orçamentária, os passivos de precatórios a pagar e as provisões de requisições de pequeno valor que serão pagos no exercício de 2018.

Gráfico 4 – Passivo circulante por ISF – Indicador de Superávit Financeiro



Nota 6 – BP – Passivo não circulante

Neste grupo, inserem-se os passivos decorrentes de precatórios a pagar nos exercícios subsequentes a 2018, registrados no ISF P – Permanente.

ISF	Conta Contábil		DEZ/2017	DEZ/2016
P	221110200	Precatórios de pessoal	19.641.195,42	17.072.556,98
	221210100	Precatórios de benefícios previdenciários	115.179.335,64	147.028.491,61
	228911000	Precatórios de terceiros	5.444.283.469,88	811.095.409,61
Total			5.579.104.000,94	975.196.458,20

Nota 7 – BP – Patrimônio líquido

A seguir são evidenciados o resultado do exercício e os principais ajustes de exercícios anteriores ocorridos em 2017.

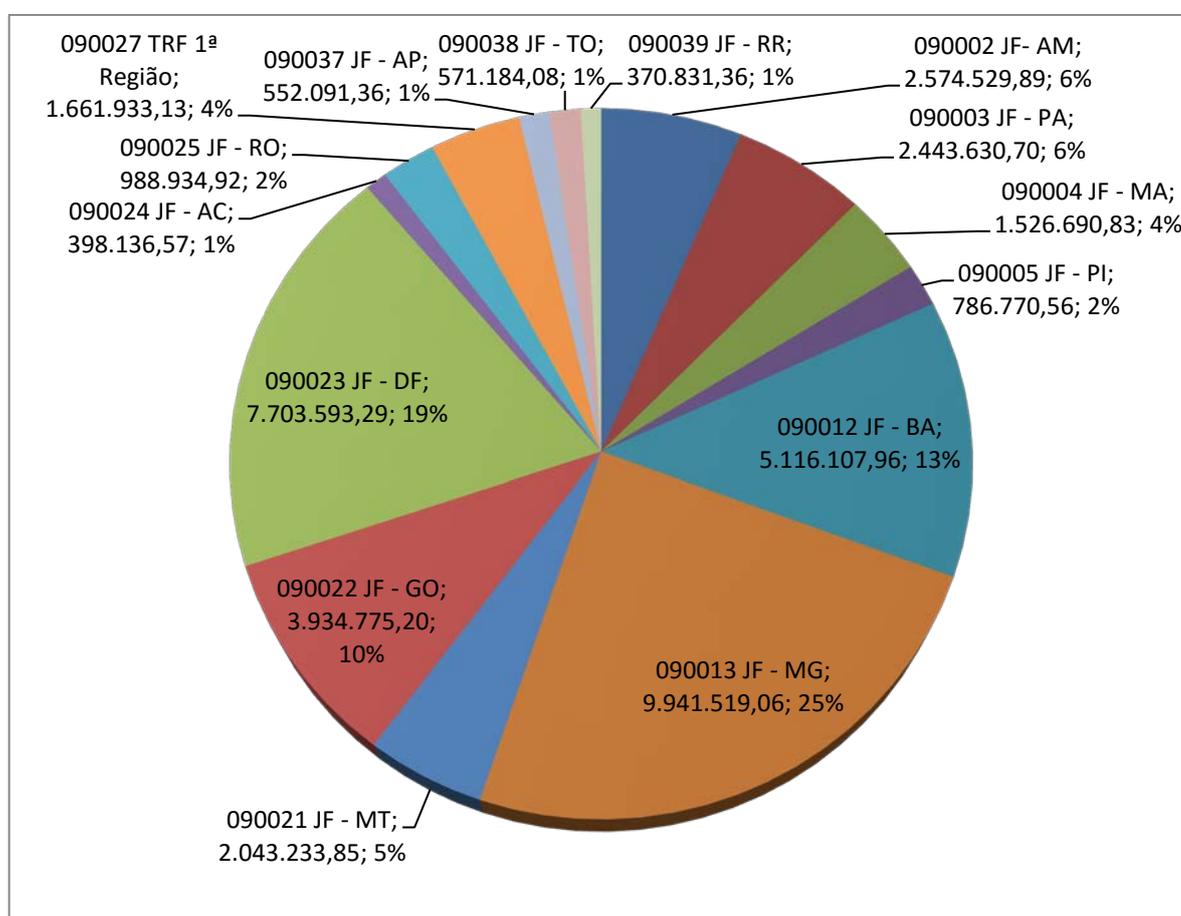
- Resultado do exercício: apuração do resultado do exercício efetuada no mês 013, com base no encerramento das contas de resultado, apurando-se valor negativo na ordem de R\$ 11.331.540.638,02 em 2017.
- Resultado de exercícios anteriores: reclassificação dos saldos da conta 23711.03.00 – Ajuste de exercícios anteriores da administração direta, autarquias, fundações e fundos para a conta 23711.02.01 – superávits ou déficits de exercícios anteriores (mês de abertura) pela Secretaria do Tesouro Nacional.

- Ajustes de exercícios anteriores: refere-se à reclassificação retrocitada, à reclassificação da conta de reserva de avaliação (23611.02.00) para a conta de ajustes de exercícios anteriores (23711.03.00) e a registros decorrentes de retificações de erros imputáveis a exercícios anteriores, notadamente relacionados ao reconhecimento de passivos autorizados em exercícios já encerrados.

Nota 8 – DVP - Taxas

Nesse item, destacam-se as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de arrecadação de receitas a título de custas judiciais, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional, perfazendo o montante de R\$ 40.613.962,76 em 2017.

Gráfico 5 – VPA - Taxas



Nota 9 – DVP - Exploração de bens, direitos e prestação de serviços

Trata-se de receita arrecadada por prestação de serviços, incluindo-se nos códigos de recolhimento de receita própria (arrecadação de receita de cópias reprográficas e de concurso público realizado pelo TRF 1ª Região).

Código de Recolhimento	2017
28808-0 - Concessão de direito de uso de área pública	131.546,29
28875-6 - Receitas de cópias reprográficas	132.556,80
28883-7 - Taxa de inscrição para concurso público	12.533.581,04
Outras receitas serviços - Tesouro Nacional	1.029.502,93
Total	13.827.187,06

Nota 10 – DVP - Transferências e delegações recebidas

O item representa as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de recebimento de sub-repasses da setorial financeira de órgão superior, das restituições de receitas e retificações de GRU, bem como de receitas decorrentes de outorga de uso de áreas de imóveis do Tribunal e das Seções Judiciárias ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal e do contrato nacional firmado entre a Justiça Federal, o Banco do Brasil e a CEF e, ainda, de doações/transferências de bens recebidas.

Descrição	2017
Transferências externas recebidas	304.928,79
Transferências recebidas - internas	24.018.249.547,93
Retificações e restituições	1.096.496,42
Receitas cessão de uso e contrato nacional - BB / CEF	43.576.550,61
Doações/transferências de bens recebidas	13.276.502,71
Total	24.076.504.026,46

Nota 11 – DVP – Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos

O item demonstra as variações patrimoniais aumentativas originadas de reavaliação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet, de incorporações extraorçamentárias de créditos a receber, bens imóveis, móveis e intangíveis, inclusive as aquisições decorrentes de compras centralizadas, pagas pelo Tribunal e incorporadas às Seções Judiciárias, bem como de baixas de obrigações financeiras diversas, sub-repasso diferido, passivos de pessoal sem cobertura orçamentária, provisões/passivos de precatórios e requisições de pequeno valor.

Descrição	2017
Reavaliação de bens imóveis / SPIUnet	307.752.260,77
Compras centralizadas	26.045.114,97
Incorporação de créditos e bens	114.122.604,72
Baixa de provisões/passivos de precatórios, RPV e outros passivos	24.111.008,83
Total	472.030.989,29

Nota 12 – DVP - Diversas variações patrimoniais aumentativas

O item demonstra a arrecadação de receitas por meio de GRU a título de multas administrativas, indenizações, restituições, ressarcimento de despesas, entre outras, com recolhimento dos valores ao Tesouro Nacional e, ainda, reversão de provisões de requisições de pequeno valor e incorporação de outros créditos a receber.

Do montante, destacam-se valores recolhidos em virtude de cancelamento de precatórios e requisições de pequeno valor não levantados há mais de dois anos, conforme art. 2º da Lei 13.463/2017, assim como os ressarcimentos de honorários periciais pagos antecipadamente e outras devoluções de precatórios com recolhimento ao Erário.

Descrição	2017
Cancelamento de precatórios/RPVs – Lei 13.463/2017	5.102.076.945,83
Demais devoluções de precatórios/RPVs ao Erário	15.341.843,03
Ressarcimento de honorários periciais – seções judiciárias 1ª Região	13.491.858,83
Demais variações patrimoniais aumentativas	285.464.827,13
Total	5.416.375.474,82

Nota 13 – DVP – Pessoal e encargos, encargos, benefícios previdenciários e assistenciais

Representam as variações patrimoniais diminutivas referentes a despesa de pessoal, incluindo ressarcimento a órgãos de origem de pessoal requisitado e, ainda, as de precatórios e requisições de pequeno valor de natureza alimentícia de inativos.

Descrição	2017
Pessoal - precatórios e RPVs	1.552.581.135,57
Encargos patronais - precatórios e RPVs	57.284.292,54
Demais encargos patronais	322.763.694,75
Demais despesas de pessoal	1.794.979.638,47
Auxílios e benefícios a pessoal	184.777.790,35
Total	3.912.386.551,68

Benefícios previdenciários e assistenciais

Descrição	2017
Despesa de pessoal - inativos e pensionistas	222.597.259,86
Aposentadorias e benefícios - precatórios e RPVs	1.299.766.721,94
Total	1.522.363.981,80

Nota 14 – DVP - Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo

O item representa as variações patrimoniais diminutivas referentes à prestação de serviços de terceiros, ao consumo de materiais estocados no almoxarifado e aqueles adquiridos para consumo imediato, entre outros, à depreciação de bens móveis/imóveis e amortização de *softwares* e de benfeitorias em propriedades de terceiros.

Descrição	2017
Sentenças judiciais - serviços de terceiros/precatórios e RPVs	12.959.099.036,62
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	193.143.691,01
Serviços técnicos profissionais	180.193.489,76
Serviços de comunicação, gráficos e audiovisual	29.279.491,22
Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros - pessoa jurídica	28.347.172,66
Serviços educacionais e culturais	32.705.932,86
Locação e arrendamentos	18.701.933,86
Outros serviços	11.018.273,08
Total serviços	13.452.489.021,07
Consumo de materiais estocados - almoxarifado	9.114.438,86
Material de consumo imediato	5.189.326,64
Consumo de gêneros de alimentação	386.824,55
Demais consumos	306.193,32
Total consumo	14.996.783,37
Depreciação e amortização	30.339.189,94
Total	13.497.824.994,38

Nota 15 – DVP - Transferências e delegações concedidas

O item representa as variações patrimoniais diminutivas decorrentes de concessão de repasses, sub-repasses e outras transferências financeiras entre UGs, das restituições de receitas, bem como de receitas do Tesouro Nacional arrecadadas em nome das UGs da 1ª Região, e, ainda, de doações/transferências de bens concedidas a outros órgãos da União, Estados e Municípios e a terceiros.

Descrição	2017
Transferências externas concedidas	160.587,54
Transferências concedidas - internas	12.009.846.220,42
Arrecadação de receitas - fonte Tesouro Nacional	5.182.750.894,14
Doações/transferências de bens concedidas	10.127.036,77
Total	17.202.884.738,87

Nota 16 – DVP – Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

O valor decorre de baixa de bens imóveis decorrente de desvalorização/ajustes no SPIUnet, de baixa de benfeitorias não incorporáveis ou já incorporadas aos imóveis, de baixa de bens móveis por extravio, entre outros motivos, de incorporação de passivos sem cobertura orçamentária, quando não classificados em contas específicas, e de passivo de compras centralizadas na UG pagadora. Incluem-se, ainda, as baixas de créditos a receber pelo recolhimento ao Erário ou pela inscrição na dívida ativa da União.

Descrição	2017
Baixa/ajustes de bens móveis e imóveis	171.002.224,77
Incorporação de passivos de compras centralizadas	26.045.114,97
Incorporação de passivos diversos	10.572.129,72
Baixa de créditos diversos	3.310.864,57
Total	210.930.334,03

Nota 17 – BO - Déficit

O déficit de R\$ 12.103.362.899,60 foi apurado confrontando-se as receitas e as despesas realizadas, correspondendo, assim, ao total da despesa empenhada, tendo em vista que a receita é contabilizada no órgão 12000 – JF, na Setorial Financeira do CJF e, também, porque a maior parte da despesa é paga com recursos recebidos a título de sub-repasses.

Nota 18 – BO - Despesa

Em 2017, à Dotação Atualizada de R\$ 527.707.440,00 somou-se o total de R\$ 11.665.824.882,79, recebido a título de provisão e destaque.

Assim, o total dos créditos à disposição do TRF 1ª Região e das seções judiciárias vinculadas atingiu o montante de R\$ 12.193.532.322,79, incluindo precatórios e RPVs. Além disso, restou contingenciado no CJF, valor referente à 1ª Região, o total de R\$ 11.813.387,00.

Nas UGs da 1ª Região, considerando o crédito empenhado, verifica-se que 99,26% do crédito disponível foi executado, restando como não utilizado apenas 0,74%.

Tipo de Crédito	31/12/2017
Dotação Inicial	497.132.368,00
Dotação Suplementar	67.351.049,00
Dotação Cancelada e Remanejada	-36.775.977,00
Dotação Atualizada	527.707.440,00
Provisão Recebida	6.685.945.676,00
Destaque Recebido	4.979.879.206,79
Crédito Total Disponível	12.193.532.322,79
Destaque Concedido	-183.387,54
Despesas Empenhadas	-12.103.362.899,60
Crédito Disponível	83.381.561,65
Crédito Indisponível	6.604.474,00
Total Não Utilizado	89.986.035,65

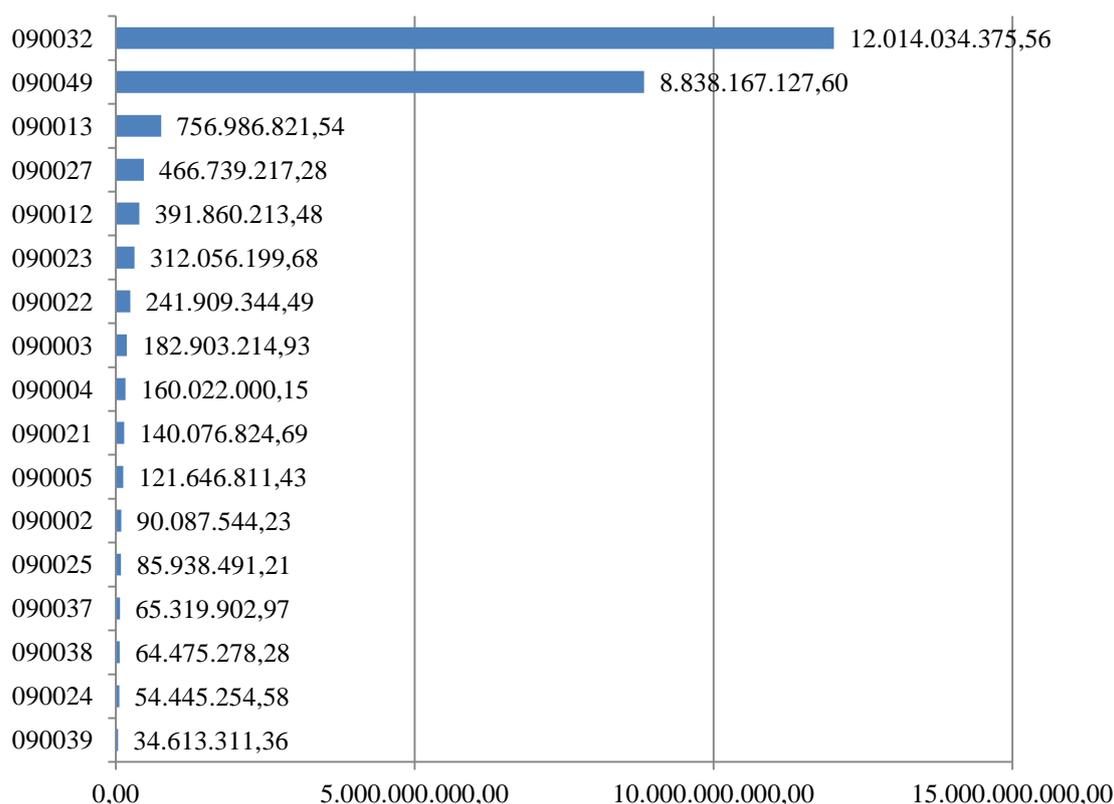
Nota 19 – BF – Transferências financeiras recebidas

Nas seções judiciárias da 1ª Região e no TRF 1ª Região (UG 090027), os sub-repasses são provenientes da Setorial Financeira (UG 090032), que, por sua vez, os recebe da Setorial Financeira do Órgão (UG 090001) em decorrência dos créditos aprovados na Lei Orçamentária Anual, que gera cotas a receber do Tesouro Nacional.

Incluem-se, ainda, no item o montante decorrente de retificações de GRU e restituição de receita arrecadada por meio desse documento, bem como de DARFs emitidos com o tipo de recursos 2 – Limite de Restos a Pagar.

No gráfico a seguir, demonstram-se os valores recebidos que se destinaram ao pagamento de despesas vinculadas ao orçamento de 2017 e aos restos a pagar no montante de R\$ 24.021.281.933,46, ressaltando que o valor recebido originalmente na UG 090032 foi, posteriormente, sub-repassado para as UGs Executoras.

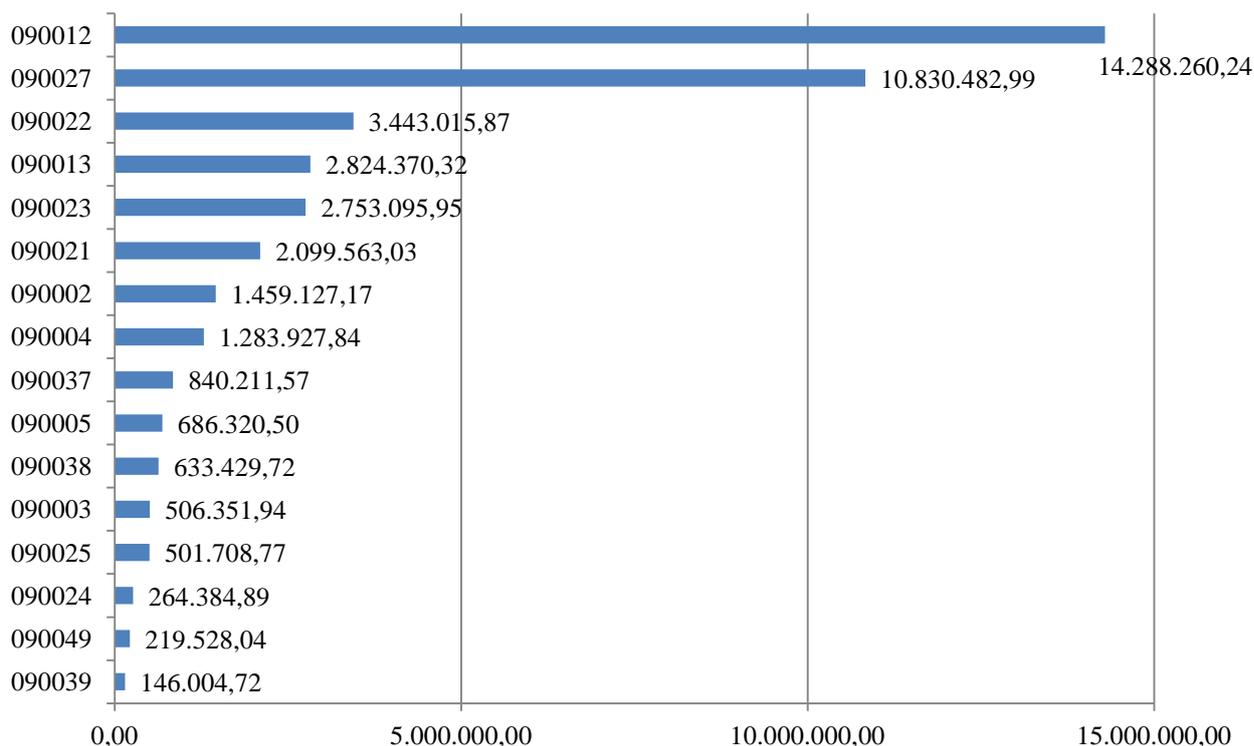
Gráfico 6 – Transferências financeiras recebidas



Nota 20 – BF – Inscrição de restos a pagar

Os restos a pagar inscritos e reinscritos em 31/12/2017, no total de R\$ 42.779.783,56, estão demonstrados no gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Restos a pagar inscritos e reinscritos



Nota 21 – BF – Depósitos restituíveis e valores vinculados

A seguir são evidenciados os principais fatos que compõem o item em tela no exercício de 2017:

- registros de cauções dadas em garantia contratual e devoluções às contratadas;
- pagamento de valores referentes a ordens bancárias canceladas;
- recolhimento de tributos com recursos de suprimento de fundos;
- entradas e devoluções de depósitos de terceiros.

Nota 22 – BF – Arrecadação de outra unidade

Decorre da arrecadação de receitas por meio de Guia de Recolhimento da União, fonte Tesouro Nacional, conforme tabela a seguir:

Fonte Recursos / Descrição		2017
00	Recursos ordinários: recolhimentos de valores ao Tesouro Nacional	3.875.385.189,55
27	Custas e emolumentos - Poder Judiciário: recolhimento de custas judiciais	28.432.338,40
50	Serviços administrativos/taxas diversas - administração geral - TRF 1ª Região: receitas de cessão de uso de espaço físico a terceiros e de concurso público	12.789.675,58
81	Receitas de convênios - JF 1º Grau: receitas de contratos de cessão de uso de espaço físico e dos contratos nacionais firmados com a CEF e	41.946.170,11

	o BB	
86	Recursos vinculados aplicados a políticas públicas específicas: recolhimento de precatórios e RPVs depositados há mais de dois anos e não sacados	1.275.519.236,18
Total		5.234.072.609,82

Nota 23 – BF – Despesas orçamentárias

Representam as despesas consignadas em dotação orçamentária autorizada e créditos descentralizados na fonte 00 – Recursos ordinários, oriundos de receitas cuja aplicação é livre, sem nenhum tipo de vinculação ou destinação específica.

Já as despesas vinculadas representam as dotações autorizadas e os créditos descentralizados em fontes de recursos de finalidades específicas previamente determinadas, ou seja, com destinação vinculada a determinado órgão ou a programa governamental, com base em disposição constitucional ou legal.

As despesas executadas em 2017, por fonte de recursos, estão discriminadas na tabela a seguir:

Fonte de Recursos		2017
00	Recursos ordinários	11.124.973.566,45
27	Custas e emolumentos - Poder Judiciário	43.434.560,68
44	Títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional	524.410.362,00
50	Recursos não financeiros diretamente arrecadados	12.791.365,52
56	Contribuição para plano seguridade social - servidor	74.115.864,00
69	Contribuição patronal para plano de seguridade social - servidor	253.226.572,23
81	Recursos de convênios	42.939.043,53
88	Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	27.471.565,19
Total		12.103.362.899,60

Nota 24 – BF – Transferências financeiras concedidas

Referem-se às transferências financeiras concedidas a título de sub-repasse e outras movimentações financeiras entre UGs das 1ª Região, bem como relacionadas a destaques concedidos a órgãos externos, em razão de termos de execução descentralizada e de compromisso, para ressarcimento de despesas referentes à ocupação de imóveis.

Os totais constam da seguinte tabela:

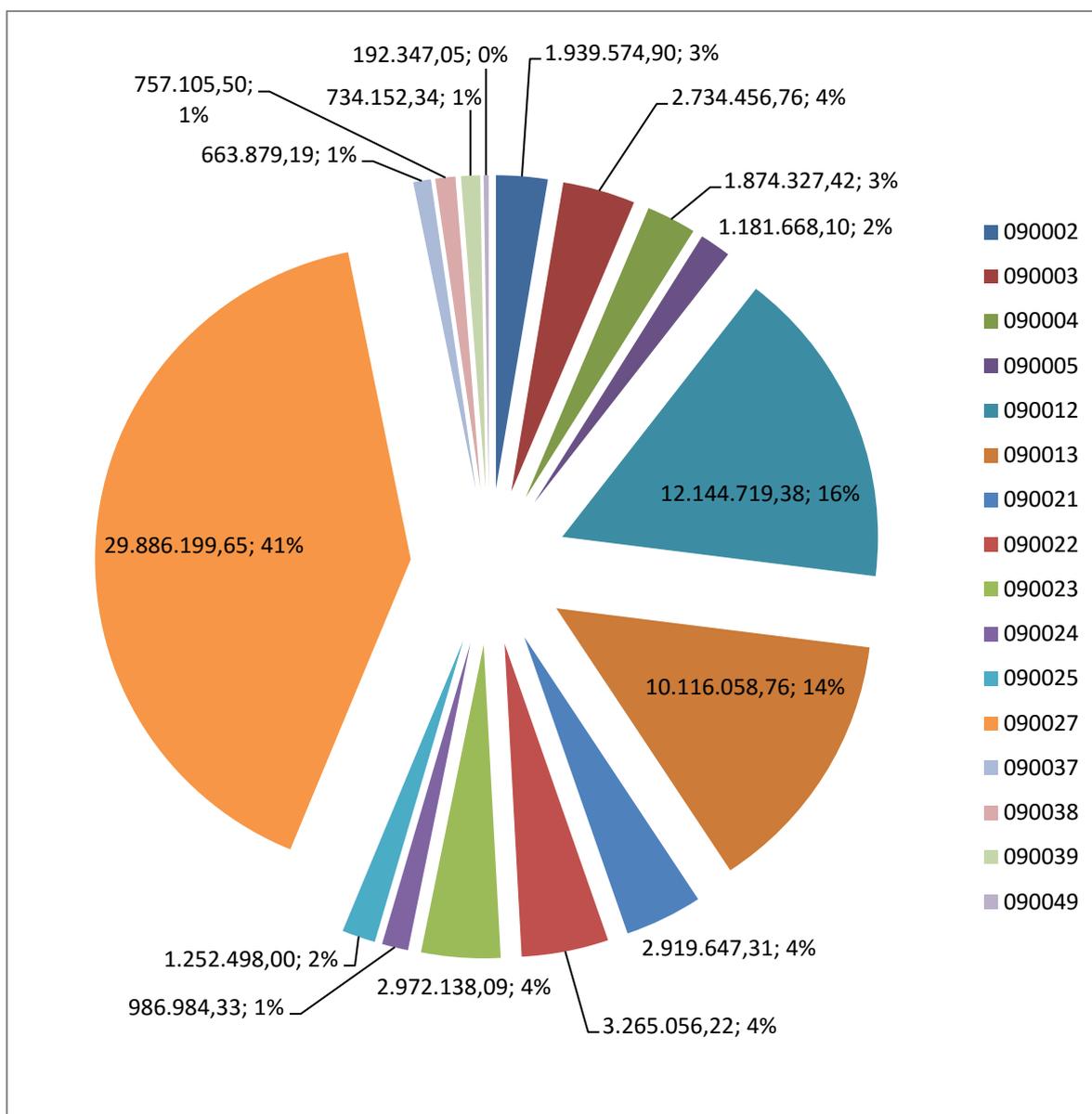
Descrição	2017
Transferências externas concedidas	160.587,54
Transferências concedidas - internas	12.009.846.220,42
Arrecadação de receitas - fonte Tesouro Nacional	5.182.750.894,14
Total	17.192.757.702,10

Nota 25 – BF – Despesas extraorçamentárias

O item refere-se aos pagamentos efetuados no exercício de 2017 com orçamentos de exercícios anteriores (restos a pagar), às devoluções de cauções e a outros depósitos de terceiros (fonte 90), no total de R\$ 94.063.041,80.

Os restos a pagar foram pagos em 2017, no total de R\$ 73.620.813,00, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Restos a pagar pagos por UG



Nota 26 – DFC - Fluxos de caixa das atividades das operações

Verifica-se valor positivo de R\$ 638.628.920,88, uma vez que os ingressos nesse item (R\$ 29.278.931.673,24) superaram os desembolsos (R\$ 28.640.302.752,36).

Nota 27 – DFC - Outros ingressos das operações

Os ingressos extraorçamentários referem-se aos depósitos de terceiros, de cauções e outros da fonte 90 – Recursos diversos e respectivos pagamentos.

As transferências financeiras recebidas são os repasses, sub-repasses e demais movimentações financeiras, sub-repasso devolvido, transferências recebidas para pagamento de restos a pagar, demais transferências recebidas e movimentação de saldos patrimoniais.

Nota 28 – DFC - Pessoal e demais despesas

Os desembolsos “Pessoal e demais despesas” são as despesas por função de governo, deduzidas das despesas na modalidade “aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – 91”.

Nota 29 – DFC -Transferências intragovernamentais

São os pagamentos realizados a outros órgãos integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, incluindo os recolhimentos de contribuição previdenciária ao RGPS e RPPS, consignados na modalidade “aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – 91”.

Nota 30 – DFC -Outros desembolsos das operações

Os dispêndios extraorçamentários são os pagamentos realizados na fonte 90 – Recursos diversos (depósitos restituíveis) e os repasses e outras movimentações financeiras concedidas.

Nota 31 – DFC - Fluxos de caixa das atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimentos apresentou-se negativo, considerando-se que não há ingressos relacionados a essas operações.

O valor representa os investimentos realizados em obras e reformas de imóveis, bem como aquisição de equipamentos, em especial nas ações orçamentárias referentes a projetos, classificados na modalidade de aplicação 90 – Aplicações diretas e grupo de despesa 4 – Investimentos.

Os outros desembolsos correspondem à aquisição de bens de consumo e contratação de serviços relacionados com os investimentos realizados nos projetos em execução e com bens de propriedade das unidades executoras.

Nota 32 – DFC - Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa

Observa-se valor negativo no total de R\$ 68.472.186,70,70, resultante das entradas e saídas de caixa classificadas em “Fluxos de caixa das atividades das operações”, que atingiu o total de R\$ 638.628.920,88, e “Fluxos de caixa das atividades de investimento”, no valor negativo de R\$ 707.101.107,58.

Nota 33 – DFC - Caixa e equivalentes de caixa inicial e final

O item demonstra as disponibilidades financeiras oriundas de exercícios anteriores, bem como aquelas disponíveis para o exercício seguinte.

A soma das disponibilidades de último exercício (R\$ 222.893.342,07) com o valor dos itens fluxos de caixa das atividades das operações (R\$ 638.628.920,88) e fluxos de caixa das atividades de investimento (R\$ -707.101.107,58) resultará no saldo final das disponibilidades de caixa do exercício de referência (R\$ 154.421.155,37).

ANEXO III – NOTA EXPLICATIVA REFERENTE AO ROL DE RESPONSÁVEIS DO EXERCÍCIO DE 2017.

O Rol de Responsáveis do exercício 2017, peça integrante do processo de contas ora apresentado ao TCU por meio do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), foi elaborado pela Divisão de Execução Orçamentária e Financeira da Secretaria de Administração - Diefi/Secad.

Para fins de conferência, foram comparados os dados constantes do Sistema de Recursos Humanos - SARH deste Tribunal com a primeira versão do Rol de Responsáveis preenchido pela Diefi/Secad, conforme consta do documento 5447857 do PAe/Sei 0024082-93.2017.4.01.8000.

Inicialmente, constatou-se a falta de registros de substitutos do Diretor-Geral, matrícula tr45103, nos períodos de **21/08/2017 a 27/08/2017** (férias) e de **27/10/2017 a 29/10/2017** (licença para tratamento da própria saúde). Tal situação foi sanada com as retificações da Portaria Presi TRF1 444/2017 e da Portaria Diges TRF1 335/2017, publicadas no Boletim Eletrônico de Serviço da 1ª Região em 12/03/2018 e 13/03/2018, respectivamente.

Todavia, os citados períodos não puderam ser lançados no Siafi tempestivamente, de acordo com as informações prestadas no processo pela Seção de Análise e Verificação – Seave/Secad e pela Divisão de Cadastro de Pessoal – Dicap/SecGP, pois na data de publicação das referidas portarias retificadoras o sistema Siafi estava inabilitado para alterações de dados relativos ao exercício de 2017.

Desse modo, **faz-se necessário esclarecer que há divergência entre os dados constantes do Siafi (anteriores às retificações das Portarias Presi TRF1 444/2017 e Diges TRF1 335/2017) e do Rol de Responsáveis lançado no sistema e-Contas.**

Por fim, nos termos dos Arts. 10 e 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU 72/2013, § 1º do Art. 3º e 7º da Decisão Normativa TCU 161/2017 e Portaria-TCU 65/2018, este Tribunal informa que o Rol de Responsáveis apresentado no Relatório de Gestão de 2017 está em conformidade com os normativos supracitados e com as orientações do Sistema e-Contas/TCU (2018).